



Jornalismo e experiência democrática: percepções de repórteres

Criselli Maria Montipó¹

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: Há um forte vínculo entre jornalismo, cidadania e direitos humanos, principalmente nas democracias. Em tempos de esfacelamento desse sistema, averiguamos como a simbiose entre jornalismo e democracia influencia as responsabilidades jornalísticas, a partir de entrevistas com 15 repórteres atuantes na mídia online convencional e alternativa. Como sujeitos democráticos, as pessoas entrevistadas relatam as dificuldades para cumprirem o compromisso ético e social da profissão. Tomados em distintas frentes, os silenciamentos estão nas empresas jornalísticas como empresas conglomeradas, pouco plurais e transparentes; na censura gerada a partir de relações obscuras entre o jornalismo e os poderes; e na tomada do poder da democracia por forças não-democráticas. Ainda assim, repórteres apostam no potencial inclusivo da profissão.

Palavras-chave: Jornalismo; Cidadania; Direitos Humanos; Democracia; Repórteres.

1. Narrativa jornalística e experimentação democrática

A circulação de informações no tecido social é o ponto de partida da experiência democrática. Por sua vez, a democracia é atmosfera para o desenvolvimento e para a proteção da cidadania e dos direitos humanos, construídos historicamente e intercambiados simultaneamente nas sociedades contemporâneas.

A partir do compromisso do jornalismo para a construção democrática de cidadania e garantia dos direitos humanos (MEDINA, 1982; 2006; TRAQUINA, 2012) este artigo condensa alguns resultados da pesquisa de tese *Sentidos de cidadania e direitos humanos na práxis de repórteres*. Neste recorte, nos detemos a um dos objetivos da te-

¹ Jornalista e docente, doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: criselli@gmail.com.

se: averiguar como a simbiose entre jornalismo e democracia influencia as responsabilidades jornalísticas².

A partir deste aprofundamento, o intuito foi estabelecer relações entre as teorias e a *práxis* jornalística brasileira, averiguada a partir de entrevistas com repórteres. A pesquisa conta com entrevistas semiestruturadas e em profundidade realizadas entre 2018 e 2020 com 15 jornalistas que atuam na mídia alternativa³ e convencional⁴, convidados a responder à entrevista de forma a constituírem um panorama qualitativo. São profissionais atuantes nas cinco regiões brasileiras indagados sobre as percepções de cidadania, direitos humanos e democracia que acompanham sua atividade profissional. A ideia de *percepção*⁵ é importante porque ela remete à compreensão, aos sentidos alcançados pelos sujeitos. Selecionamos repórteres por entendermos que esse grupo de profissionais representa a figura central do *ethos* jornalístico, conforme evidenciou Karam (2019).

Adotamos perspectivas epistemológica e metodológica híbridas, com foco na interseccionalidade (COLLINS, 2017) e na hermenêutica ricoeuriana (RICOEUR, 1978, 1990). Os procedimentos metodológicos contam ainda com recursos da análise crítica da narrativa, conforme Motta (2013), tendo em vista que os repórteres foram estimulados a expressar suas percepções a partir de suas vivências profissionais e pessoais em posições de poder. Portanto, suas entrevistas também configuram como narrativas (GASKELL, 2015; JOVCHELOVTICH; BAUER, 2015). As contribuições da teoria

² A tese teve como objetivo geral compreender os sentidos de cidadania e direitos humanos predominantes entre repórteres. Também nos preocupamos em analisar de que modo a *práxis* e as concepções sobre os temas cidadania, direitos humanos e democracia colaboram com o ideal do jornalismo de promovê-los.

³ Compreendemos a mídia alternativa como aquela que abarca um jornalismo mais colaborativo e independente, com novos arranjos editoriais e econômicos, ainda que os rótulos de autonomia e independência possam ser problematizados. Também se configura como uma mídia fora do *mainstream*, considerada contra-hegemônica.

⁴ Nesta pesquisa, entendemos por jornalismo convencional aquele produzido em estruturas empresariais de pequeno ou médio porte ou por grandes corporações e conglomerados midiáticos que priorizam o trabalho jornalístico como produto, situado em uma agenda social fortemente influenciada pelas condições do negócio jornalístico, dentre as quais citamos as econômicas, comerciais, ideológicas e políticas.

⁵ Percepção é o ato de perceber que, por sua vez, é adquirir conhecimento a partir dos sentidos. Consultar PENNA, Antonio Gomes. Percepção e realidade: introdução ao estudo da atividade perceptiva. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

feminista⁶ e da perspectiva decolonial⁷ foram importantes para a postura crítica que procuramos adotar.

Demarcamos que a pesquisa está baseada na ideia do jornalismo enquanto prática social mediadora de sentidos, que abarca o entendimento do exercício do jornalismo como difusor e participante, ainda que indiretamente, da construção da cidadania e dos direitos humanos⁸. Levamos em conta as transformações às quais a profissão de jornalista vem sendo atravessada contemporaneamente, bem como a intensa dinâmica social em que os temas direitos humanos e cidadania estão inseridos na atualidade, especialmente no Brasil, onde a crise de representação política vem ganhando a cena democrática na última década.

2. Tensionamentos na esfera democrática contemporânea

A vida social se constitui, em geral, em sociedades desiguais. Diversos povos encontraram diferentes meios para legitimar o poder por meio de leis, inclusive combinando imposição de armas e coerção religiosa. Aos gregos coube o pioneirismo na reflexão sobre formas de governo e grande parte da terminologia que até hoje adotamos para designar sistemas políticos e fundamentos do exercício de poder (ABDALLA, 2017).

É de Platão a tipificação das formas puras de governo. Retomadas por seu discípulo Aristóteles, tais tipologias distinguem três sistemas de *kratós* (poder): *monarquia* (governo de um só); *aristocracia* (governo dos nobres); e *democracia* (governo de todos)⁹, conforme Abdalla (2017).

⁶ Acompanhando pensadoras dos estudos de gênero, entendemos a epistemologia feminista como teoria e ação sobre a sociedade a partir do lugar e da experiência de pessoas em situação de invisibilidade, violência ou opressão, como é o caso das mulheres.

⁷ A perspectiva decolonial, concepção crítica à colonialidade do poder (QUIJANO, 2000) nos ajuda a pensar os sentidos de cidadania e direitos humanos no Brasil, onde a violência da colonização está circunscrita e estrutura a manutenção da desigualdade na democracia contemporânea.

⁸ Esta pesquisa não tem o objetivo de compreender a noção de cidadania expressa em especificidades jornalística, como é o caso do jornalismo cívico – quando o foco da prática jornalística é tratar, exclusivamente, de temas relacionados aos direitos – ou o jornalismo cidadão, exercido por jornalistas ou pessoas da comunidade como esforço sistemático e cotidiano de cobrar do poder público a garantia da cidadania por meio de pautas sobre o tema.

⁹ Conforme Abdalla (2017) as formas degeneradas de governo são a *tiranía* (degeneração da monarquia), a *oligarquia* (degeneração da aristocracia), a *anarquia* (degeneração da democracia) e, mais recentemente, convencionou-se chamar algumas democracias de *autocracias*, tendo em vista que alguns sistemas

No entanto, a democracia, assim como a cidadania, em sua gênese clássica, já se mostrava excludente, especialmente sobre os recortes de raça, classe e gênero. Na Grécia, apenas homens livres participavam do poder. Na Idade Média há um apagamento da ideia de representação e direitos, justamente quando há legitimação religiosa e monárquica. No Renascimento a ideia de democracia retoma fôlego. Já no capitalismo, a democracia foi pensada para que os burgueses resolvessem seus conflitos de interesse no sistema, sem a participação dos trabalhadores.

Ainda que a relação entre democracia e cidadania seja intrínseca – não há cidadãos sem democracia ou democracia sem cidadãos – inúmeros conflitos permanecem no sistema. Em sua forma pura, a democracia deve ser exercida de maneira direta pelos cidadãos sem a intermediação de representantes, sendo possível apenas sem as complexas relações sociais, questões econômicas e condicionantes tecnológicas da contemporaneidade. É quando surge, então, a democracia representativa, aquela que dá o direito de escolha de tais representantes a partir do sufrágio (voto) que limita o poder a um conjunto de cidadãos (ABDALLA, 2017). Por isso, no senso comum, cidadania e democracia estão circunscritas ao direito de votar.

Assim, levamos em conta que a democracia se efetiva na soberania da totalidade dos cidadãos e que o princípio de autonomia é fundamental para que a soberania pertença ao povo e o respeito aos seus direitos humanos. Para tanto, a circulação de informações é preponderante. Sem esse conjunto articulado, a democracia é mera formalidade mascarada de cidadania.

É possível pensar a complexa esfera democrática, portanto, a partir de diversas abordagens. Para se aproximar dos sentidos de democracia, Limongi (2019) propõe quatro perspectivas democráticas diferentes: governo, estado, sociedade e experiência política. A primeira, a democracia como forma de governo definido entre os muitos, está presente na obra de Aristóteles¹⁰. Embora clássico, esse modo prevalece Modernidade afora e se redesenha como forma de governo representativo no início do século XIX.

democráticos têm se concentrado em um único governante. Para Levitsky e Ziblatt (2018), depois da ditadura ostensiva, a autocracia é outro modo destrutivo de arruinar uma democracia. Nesse caso pelos próprios presidentes que subvertem – de forma gradual, sutil e legal – o processo e os levou poder.

¹⁰ ARISTÓTELES. Política. In: MARÇAL, Jairo (org.) Antologia de Textos Filosóficos. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

Na segunda abordagem, de democracia como forma de Estado – a partir das contribuições de Rousseau¹¹ – o princípio de soberania popular ganha espaço. A democracia assume função normativa (LIMONGI, 2018), como uma forma de Estado em que todos os cidadãos são tomados de modo igual a partir da legislação.

A terceira maneira de refletir sobre a democracia é como forma de sociedade igualitária, não-aristocrática, assim como pensou Tocqueville¹² com foco na honra e na propriedade. É quando a sociedade comercial toma o lugar da sociedade feudal e funda então a forma social democrática.

A quarta perspectiva é, segundo Limongi (2019), a configuração por excelência da experiência política. É baseada em Claude Lefort¹³ para quem a invenção democrática contém, em sua própria forma, as contradições da democracia. Nesse prisma, se entende a democracia como o lugar do poder que está vazio, o espaço do poder sempre em disputa.

Para Limongi (2019), a democracia enquanto experiência de disputa é o único sentido que não está em crise porque que a experiência democrática traz em si o seu outro, a possibilidade de ser avesso, algo que foi pensado desde o nascedouro do conceito. A pesquisadora, que atua na área de filosofia política, denota que essa contradição é intrínseca à experiência democrática. Isso não quer dizer, no entanto, que não seja preciso resistir às ameaças que rondam a democracia em suas variadas formas.

Pensadores das mais distintas áreas do conhecimento consideram o sistema democrático degradado, em decomposição, em risco, em crise em inúmeros países, tantos são os termos para definir esse momento de ruptura. O sociólogo português Boaventura de Sousa Santos ressalta que essa forma de governo perde terreno para regimes cada vez mais autoritários, líderes chegam ao poder e violam as regras democráticas (SANTOS, 2016b).

Abdalla (2017) atenta sobre a maneira como a democracia representativa foi instituída nas sociedades capitalistas: a ideia de representação se sobrepôs e, em alguma

¹¹ ROUSSEAU. Contrato Social (excertos – Livro I). In: MARÇAL, Jairo (org.) Antologia de Textos Filosóficos. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2009.

¹² TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

¹³ LEFORT, Claude. A invenção democrática: os limites da dominação totalitária. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

medida, substituiu a soberania popular¹⁴. Santos (2016a) concorda que é preciso pensar essa experiência a partir da tensão entre capitalismo e democracia. Destaca que a discussão democrática da última década do século XX mudou os termos do debate democrático do pós-guerra, quando há a extensão do modelo democrático hegemônico liberal para o sul da Europa e, a partir de 1970, para a América Latina. Atualmente, toma corpo uma democracia neoliberal.

Santos (2016a) explica que a democracia liberal funciona a partir do mercado político da pluralidade de ideias e convicções, assim como do mercado econômico. Já a democracia neoliberal dá total primazia ao mercado e serve aos interesses do poder econômico e social. Conforme o autor, esse modelo é operado por três poderes em simultâneo, nenhum deles democráticos: o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado, que são subservidos por vários outros subpoderes religiosos, midiáticos, geracionais, étnico-culturais e regionais. O capitalismo está assentado em trocas desiguais entre seres humanos supostamente iguais. O colonialismo¹⁵ se baseia na discriminação contra seres humanos. O patriarcado se assenta na dominação das mulheres e na estigmatização das orientações não-heterossexuais¹⁶.

Tal experiência democrática é considerada um modelo de baixa intensidade, em que a participação efetiva da população é reduzida. Cidadãs e cidadãos passam a viver na dependência de grupos sociais poderosos, sejam eles filantropos, narcotraficantes, latifundiários, industriais, empresas de mega projetos (SANTOS, 2016a). Por isso, o pensador lusitano defende a adoção de concepções contra-hegemônicas de democracia, quando os limites da representação são superáveis na fusão da democracia representativa com a democracia participativa, em que todos os envolvidos lutam por seus direitos

¹⁴ Conforme discutimos em trabalho anterior Abdalla (2017) chama a atenção sobre a transferência do poder de todos (*demos*) para os escolhidos (supostamente os melhores = *aristós*), criando, na verdade, uma aristocracia com o nome de democracia. Para o autor, a democracia contemporânea está nas mãos dos que têm dinheiro e controle (a aristocracia) que a degenera em uma plutocracia (*pluto* = rico), visto que não raro, o controle sobre os eleitos se exerce pelos que enriquecem e mantêm seu *status* por meios ilícitos e criminosos. É quando temos a cleptocracia (*kleptós* = ladrão).

¹⁵ Quijano (2000), nos adverte que colonialismo e colonialidade são opressões relacionadas, mas distintas. O colonialismo, mais antigo, é um padrão de dominação e exploração que se manifesta, principalmente, no controle da autoridade política e dos recursos de produção. A colonialidade, ainda que forjada dentro do colonialismo, provou ser mais profunda e duradoura, sendo imposta à intersubjetividade de modo enraizado nos últimos 500 anos, especialmente na América Latina.

¹⁶ Patricia Hill Collins (2017) e Karla Akotirene (2019) aprofundam a discussão acerca da interseccionalidade do racismo, do capitalismo e do cis-hetero-patriarcado a partir da epistemologia feminista negra.

de forma ativa e consciente. O autor ressalta que os movimentos sociais têm sido fundamentais para renovar a agenda política democrática, comprometida em romper com o autoritarismo, o patrimonialismo, o monolitismo cultural e o não reconhecimento da diferença¹⁷.

Santos (2016a) chama a atenção para o fascismo social, regime que constitui o outro lado das democracias de baixa intensidade. A partir de sua experiência de cidadão e filósofo italiano, Umberto Eco (2018) considera essas novas apresentações fascistas de Ur-fascismo ou fascismo eterno. Ressalta que são derivadas do fascismo italiano¹⁸ sem bases filosóficas, mas articulado em arquétipos emocionais para manutenção do poder.

Nessa toada, Levitsky e Ziblatt (2018) ressaltam que as instituições, isoladamente, não são o bastante para conter autocratas eleitos. Embasados no trabalho do cientista político alemão Juan Linz, os autores explicam que a identificação de um líder autoritário está relacionada a quatro fatores: 1) Rejeitam, em palavras e ou ações, as regras do jogo democrático; 2) Negam a legitimidade de oponentes; 3) Toleram e encorajam a violência; 4) Dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia.

Diante desse cenário, ressaltamos que há o esfacelamento da participação popular na democracia como forma de governo, há uma crise aguda na medida em que os canais institucionais estão em ataque e que a apatia toma conta, possibilitando o esvaziamento das instituições políticas e o empoderamento das instituições religiosas (LIMONGI, 2019). Some-se a esse contexto o estado impenetrável, a máquina estatal burocrática e legalista, a falta de transparência nos assuntos políticos e a seletividade da pressão política que afasta as classes trabalhadoras da participação efetiva no poder (ABDALLA, 2017). Outro componente é a manipulação midiática sobre os problemas sociais e suas soluções, especialmente no Brasil, com alta concentração dos meios de comunicação, apropriados por poderes não-democráticos (MEDIA, 2017).

¹⁷ Santos (2016a) chama a atenção que a inclusão democrática de identidades coletivas para certos grupos sociais, como povos indígenas e afrodescendentes, pressupõe o questionamento da identidade que lhe foi atribuída externamente por um Estado colonial ou por um Estado autoritário e discriminatório.

¹⁸ Eco (2018) elenca treze características: culto da tradição; recusa da modernidade; culto da ação pela ação; recusa à aceitar críticas; busca de consenso; foco na frustração individual ou social; nacionalismo; conformation de inimigos; ideia de que a vida é uma guerra permanente; elitismo; mitologia do “herói”; machismo; populismo qualitativo.

Portanto, a experiência de democracia viceja entre nós ao mesmo tempo em que agoniza em outros âmbitos, o que reforça a necessidade de atenção em relação ao aprofundamento dessa experiência (LIMONGI, 2019), especialmente para a afirmação da cidadania e dos direitos humanos.

3. Cidadania, direitos humanos e democracia, por sujeitos democráticos

Para compreendermos tais imbricações, problematizamos, junto aos repórteres, o que é o jornalismo e sua relação com os temas cidadania, direitos humanos e democracia. Por se tratar de temas sensíveis e vinculados aos constrangimentos profissionais de ordem política, social, econômica e cultural a que jornalistas estão sujeitos na prática profissional, as pessoas entrevistadas não foram identificadas, a fim de garantir sigilo e privacidade¹⁹. Escolhemos pseudônimos²⁰ baseados em nomes de jornalistas que fizeram história no Brasil e atribuímos a cada pessoa randomicamente.

É interessante notar que as percepções apresentadas são complementares em alguns pontos e, em outros, contraditórias. Sobre os sentidos atribuídos ao jornalismo destacamos que, além da consonância de *informar a sociedade* como *papel social* central da tarefa de jornalistas, as pessoas entrevistadas consideram o jornalismo um *instrumento de visibilidade fundamental*. Nesta perspectiva, aparecem a *vigilância*, o *exercício do olhar* para *fiscalizar o poder público* ou para a *transformação social*.

Da mesma forma que o jornalismo está interligado à sociedade, os sentidos de cidadania e direitos humanos que emergem dos relatos dos repórteres entrevistados também se ancoram nesse *lugar social*. Destacamos que os sentidos de *ausência* e de *respeito* demarcam o ideal de *cidadania plena*, uma preocupação bastante evidenciada pelas pessoas entrevistadas, além de emergirem sentidos sobre *direitos humanos* como *dignidade*, *diversidade* e *pluralidade* no sistema democrático²¹. Na impossibilidade de

¹⁹ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina em 2018.

²⁰ Afonso Henriques de Lima Barreto, Alberto Dines, Antonieta de Barros, Audálio Dantas, Carmen da Silva, Cecília Meireles, Clarice Lispector, Eugênia Brandão, Gisela Ortriwano, João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto, Joel Silveira, Luiz Gama, Patrícia Galvão, Sonia Nassar, Vladimir Herzog tiveram seus primeiros nomes atribuídos às pessoas entrevistadas.

²¹ Os sentidos de jornalismo, cidadania e direitos humanos são detalhados na tese. Aqui são apresentados sinteticamente com intuito de colaborar com a discussão sobre democracia, recorte apresentado neste artigo.

sua plenitude, inserem o jornalismo como força potencial para alcançá-los, relação que procuramos aprofundar ao indagarmos também sobre democracia, tendo em vista ela ser pressuposto para o exercício de direitos.

Nesse ponto, as percepções das pessoas entrevistadas refletiram fortemente o momento atual. São nítidas as preocupações expressas quanto ao esfacelamento da experiência democrática na contemporaneidade, justamente porque os episódios de manobras no sistema democrático tornaram-se evidentes com o autogolpe (CERVI, 2016) que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Todos os sucessivos desdobramentos acabaram por colocar no centro do poder – pelos próprios mecanismos democráticos – um representante político que usufrui da democracia apenas enquanto sistema, sem dela assegurar a garantia de dignidade, como os ataques e demais comportamentos do atual presidente demonstram.

Justamente por experimentarem esse tempo histórico, em carne e osso, a imersão no tema democracia remeteu a diferentes prismas. Muitos apontaram posicionamentos distintos do ponto de vista conceitual e material, como foi o caso de João Paulo, para quem há democracia enquanto conceito, o substantivo, e democracia enquanto sistema, o sistema democrático.

Carmen considera a democracia uma utopia. “A democracia tem que ser perseguida porque [...] está sendo atropelada, inclusive nesse século” (informação verbal). A dificuldade, segundo ela, está na universalidade desse direito no Brasil. Patrícia é aderente a esse posicionamento: “A política é o caminho da democracia e do pleno direito. Claro, uma política mil vezes melhor do que a nossa” (informação verbal).

Alguns repórteres situaram a responsabilidade jornalística inerente à construção do processo democrático. Muitos consideram que a democracia não pode existir sem o jornalismo, como é o caso de Afonso. “Para que tenha a democracia é importante que a imprensa seja livre que faça o seu trabalho, denuncie” (informação verbal). Por não haver democracia plena no país, pelos fatores elencados anteriormente, sugere usar aspas ao se referir à democracia. “Não consigo conceber uma democracia onde as pessoas não têm o direito de saber o que se passa nos corredores de uma casa legislativa, por exemplo” (informação verbal).

Na concepção de João Paulo, “para se conhecer e para acompanhar as coisas para cobrar também, o jornalismo seria o sistema dentro desse sistema maior [...] a sociedade civil organizada” (informação verbal). Alberto avalia: “não existe jornalismo na ditadura e não existe um regime democrático sem imprensa” (informação verbal). Julga necessário que a mídia fiscalize os governos. Joel indica como o trabalho jornalístico pode ser influenciado e influenciar o cenário democrático. Comenta que o veículo em que atua – que integra um conglomerado midiático – não dá o mesmo espaço para as múltiplas vozes do cenário político:

A nossa empresa aqui, por exemplo, tomou partido pró-Bolsonaro. Você vai me dizer: “Você teve que escrever matéria pró-Bolsonaro?”. Não, não tive que escrever matéria pró-Bolsonaro. Mas em outros tempos, pode ser que a manifestação dos militantes do Bolsonaro nem saísse no jornal. Saiu. Eu acho que tinha que sair, porque um monte de gente estava se reunindo, mesmo. Era válido. Como tinha que sair a manifestação da esquerda, como saiu outro dia. Mas, se você for pegar as duas matérias, vai ver que tem diferença. Vai ver que uma é mais bacaninha que a outra, tá? Mas isso passa despercebido pelo público. Só quem percebe é quem faz a patrulha, ou quem tem um pouquinho de filtro (informação verbal).

Cecília registra como sua atuação profissional sofre impactos quando produz conteúdos que desagradam poderosos. Já recebeu ameaças e interferências posteriores à publicação de reportagens:

Nós tivemos aqui um escândalo de grampos no governo passado, no governo [...]. Eu fiz esse material era 10h30, 11 horas da noite, mas meu chefe não impediu que fosse publicado, apesar de ele ter de aturar todos eles ligando para ele enchendo o saco, ele manteve o material lá (informação verbal).

Vladimir também considera que sem imprensa não há democracia, já que é preciso ter acesso a informações que permitam criar uma visão de mundo baseada na realidade concreta. Clarice observa a relação umbilical entre o jornalismo e a democracia como um grande termômetro social. “Uma democracia com jornalismo fraco é uma democracia frágil também” (informação verbal). E acrescenta: “Se você quer saber quando um país está degradingolando, veja a maneira como o governo trata os jornalistas daquele país” (informação verbal).

Para Eugênia, o jornalismo é um dos pilares da democracia. “Eu acho que nós somos um dos agentes, os vigilantes” (informação verbal). Ela também analisa que,

normalmente nos locais onde a democracia está mais ameaçada, jornalistas são os primeiros profissionais a serem perseguidos.

Audálio também analisa a necessidade desse conjunto social. “Não consigo falar de jornalismo sem falar de democracia, não consigo falar de democracia sem falar de cidadania. São coisas bem interligadas e os conceitos até se misturam” (informação verbal). Aderente a essa perspectiva, Luiz acredita que é papel do jornalismo ser um instrumento de visibilidade. “A gente tem esse poder e a gente precisa aproveitá-lo, de forma ética, responsável, democrática, seguindo os valores dos direitos humanos e olhar para o lugar onde vive a partir disso” (informação verbal).

Antonieta está atenta à pluralidade inerente ao processo democrático. Destaca, no entanto, que a prática jornalística não está excluída do contexto social e, muitas vezes, reproduz preconceitos. “O jornalismo está dentro dessa sociedade que é machista, racista e classista” (informação verbal).

Gisela, que sempre se interessou pela consolidação do sistema democrático, considera que a mediação das distintas forças que incidem sobre a empresa jornalística é o grande desafio para jornalistas na contemporaneidade. Sintetiza a partir de dois movimentos: “As empresas tentam acompanhar, tentam entender como é que a sociedade também está se posicionando diante de tais fatos, e diante de tais conquistas, apelos e demandas. Tentam entender isso para repensar essa cobertura” (informação verbal). Se refere às empresas mais fechadas ou conservadoras. Por outro lado, lembra que as condições de trabalho estão cada vez mais escassas, o que pode contribuir para a submissão e invisibilidade de alguns temas no cenário democrático.

Complementarmente, Sonia comenta sobre o crescimento do discurso de ódio às diferenças. Ela avalia que a sociedade brasileira vinha construindo um movimento de respeito às pluralidades, agora vivemos um retrocesso legitimado pelos representantes públicos.

Vladimir denota que, muitas vezes, se tem um conceito equivocado de que democracia é somente poder votar. Um sistema democrático pressupõe, segundo ele, que as pessoas possam ter seus direitos respeitados, possam se expressar e façam prevalecer seus pontos de vista, especialmente grupos vulneráveis. Para Audálio, democracia está ligada à liberdade, aos direitos e às condições de igualdade, independentemente da sua

orientação, da sua cor ou do seu lugar social. “Então acho que democracia tem a ver com isso, de ter direitos iguais para comunidades e pessoas diferentes” (informação verbal).

Ao hibridizarem democracia, direitos humanos e cidadania, os entrevistados manifestam a ambivalência da expansão da democracia como perda de privilégios, para alguns, e como conquista de novos direitos, para outros (DUNKER, 2019). Para além do processo eleitoral, da escolha de representantes e instituições que realizam as leis consensualmente firmadas, a democracia é também uma perspectiva sobre emancipação dos sujeitos.

Frisamos que nosso arcabouço teórico construiu o entendimento sobre cidadania, direitos humanos e democracia a partir de diversas áreas do conhecimento, por serem temáticas abrangentes. Procuramos nos afastar do fetichismo do conceito, como sugere Gusmão (2012) focando na riqueza perceptiva de repórteres.

Ponderamos que ao pensarem sobre as igualdades e diversidades em disputa no jogo democrático, os repórteres entrevistados situam-se numa tentativa de suspensão, por isso, seus olhares partem de dentro dessa experiência já que não é possível fazer o descolamento de si mesmos enquanto sujeitos democráticos (TOURAINÉ, 1998). Ainda que prevaleça uma percepção funcionalista do jornalismo frente ao seu papel social (GENRO FILHO, 2012), os repórteres manifestam-se como guardiões dos cidadãos (TRAQUINA, 2012), o que implica um movimento de articulação de suas subjetividades para atingirem os compromissos profissionais, especialmente ao levarmos em conta os interditos das empresas jornalísticas.

Ao comentarem sobre a inter-relação entre democracia e jornalismo, apontam as dificuldades de colocá-los na concretude social. Aproximam-se, portanto, da ideia de que jornalismo e democracia são imperfeitos e limitados (CHRISTOFOLETTI, 2019), mas ainda não inventamos sistemas alternativos.

Considerações finais

Ao olharem para o jornalismo, a partir de nossas provocações, repórteres olham também para si mesmos nesse tempo histórico oblíquo, difuso, violento, fugaz em que a

própria concepção de democracia está sendo disputada. Ganhou nitidez o dissabor sobre as dificuldades enfrentadas para cumprirem o compromisso ético e social da profissão de jornalista. Tomados em distintas frentes, os silenciamentos estão nas empresas jornalísticas como empresas conglomeradas, pouco plurais e transparentes; na censura gerada a partir de relações obscuras entre o jornalismo e os poderes; e na tomada do poder da democracia por forças não-democráticas, principalmente nos últimos anos.

Por outro lado, demonstraram ser imprescindível uma postura ativa para que a proteção dos direitos humanos se consolide em pautas. Alguns profissionais se preocupam prioritariamente com a manutenção do sistema democrático enquanto esfera política. Há aqueles que flexionam a relação entre jornalismo e democracia à inclusão de mais sujeitos no tecido social. Portanto, informar a sociedade sem interferências é uma grande luta por liberdade que pretende ampliar a autonomia jornalística e, com isso, o projeto democrático inclusivo.

Referências

ABDALLA, Maurício. A democracia no capitalismo. *In*: SOUZA, Robson S. R.; PENZIM, Adriana Maria B.; ALVES, Claudemir F.. **Democracia em crise: o Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. Coleção Feminismos Plurais – Selo Sueli Carneiro. São Paulo: Pólen, 2019.

CERVI, Emerson Urizzi. “Não foi golpe, foi um autogolpe”. Entrevista a Criselli Montipó e Taís Coutinho Arruda. *In*: SOUZA, J. K. L. L. de. [*et al.*]; org. GERALDES, E. C. [*et al.*]. **Mídia, Misoginia e Golpe**. 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017, p. 6-17.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2019.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. Companhia das Letras: São, Paulo, 2019.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução de Eliana Aguiar. 1 ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**: Para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GUSMÃO, Luis. **O fetichismo do conceito**: limites do conhecimento teórico na investigação social. 2 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

KARAM, Francisco José Castilhos. *Ethos* jornalístico e o valor da profissão. *In*: CARVALHO, Guilherme (Org.). **A ética no jornalismo brasileiro**: conceitos, práticas e normas. 1ed. Curitiba: Intersaberes, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. Tradução Renato Aguiar. **Como as democracias morrem**. 1a edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMONGI, Maria Isabel. **Estado representativo/governo representativo**: sobre os aspectos democráticos da representação política em Hobbes. *Conjectura: filosofia e educação*, v. 23, n. Especial. Dossiê Ética e democracia, 2018, p. 147-170.

LIMONGI, Maria Isabel. Pensando com mulheres: **A democracia está em crise?**. Organizado por Escola da Política. Palestra realizada Teatro Eva Herz, Livraria Cultura, Curitiba, em 22 nov. 2019.

MEDIA Ownership Monitor Brasil. **Mídia**. Brasil, 2017. Disponível em: <<https://brazil.mom-rsf.org/br/>>. Acesso em: 31 mar. 2019.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação**: Comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y America Latina. *In*: LANDER, E. (Org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 201-245.

RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: F. Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações**: ensaios de hermenêutica. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia**: reinventar as esquerdas. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2016b.

TOURAINÉ, Alain. **Igualdade e Diversidade** – O sujeito democrático. Tradução Modesto Florenzano. Bauru, São Paulo: Edusc, 1998.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, Volume I, 3ª. ed. rev., 2012.